

MENSAGEM/209

Rio Grande, 1º de setembro de 2025

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 045 que **ALTERA O ART. 51 DA LEI 9128, DE 02 DE JANEIRO DE 2024, QUE INSTITUI O SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.**

A pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas e culturais do município do Rio Grande, envolvendo milhares de famílias que dependem dessa renda para sua sobrevivência. Ao longo das décadas, os pescadores construíram trapiches comunitários e coletivos, fundamentais para o embarque e desembarque de tripulantes e servindo como atracadouro das embarcações em demandas logísticas.

Nos últimos anos, essa categoria foi fortemente atingida por eventos climáticos extremos. As enchentes de 2023 e 2024 causaram perdas materiais significativas, destruindo casas, equipamentos e estruturas de pesca. Além disso, afetaram diretamente as safras de pescado e de camarão, reduzindo a renda das famílias e comprometendo a atividade econômica. Em muitos casos, os pescadores ainda não conseguiram se recuperar totalmente desses prejuízos.

Paralelamente, cresce a exigência de órgãos de controle para que os trapiches sejam regularizados e licenciados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Embora necessária para garantir a proteção ambiental, essa medida pode representar um custo adicional difícil de ser suportado por pescadores de baixa renda, justamente os mais prejudicados pelas recentes enchentes.

Diante desse cenário, a proposta de isenção da Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) para pescadores artesanais de baixa renda é uma medida de justiça social. Ela garante que essas comunidades possam regularizar suas estruturas sem comprometer ainda mais sua renda, ao mesmo tempo em que fortalece o processo de licenciamento e ordenamento ambiental.

**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DA PREFEITA**

Trata-se, portanto, de uma medida equilibrada:

- apoia famílias de baixa renda impactadas por desastres recentes;
- incentiva a regularização ambiental, com controle e fiscalização;
- contribui para a preservação da atividade pesqueira, essencial à economia e cultura local.

Por essas razões, pede-se a aprovação da presente alteração legislativa, que representa um apoio concreto à pesca artesanal e à reconstrução das comunidades ribeirinhas e costeiras do município de Rio Grande.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos.

Atenciosamente,

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
Ver. ROVAM SIMÕES GONÇALVES DE CASTRO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DA PREFEITA

PROJETO DE LEI Nº 045 DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

**ALTERA O ART. 51 DA LEI
9128, DE 02 DE JANEIRO DE
2024, QUE INSTITUI O
SISTEMA DE
LICENCIAMENTO
AMBIENTAL COMO
INSTRUMENTO DA
POLÍTICA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 51 da Lei nº 9.128, de 02 de Janeiro de 2024, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 51 A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) deverá ser recolhida no ato dos pedidos de licenciamento e demais procedimentos de controle ambiental, bem como dos pedidos de sua renovação, sendo o seu pagamento critério para conhecimento e análise dos conteúdos dos processos, à exceção dos seguintes casos passíveis de isenção:

§ 1º O produtor rural e pescador artesanal, de renda familiar, devidamente comprovada, inferior ou igual a 02 (dois) salários-mínimos, no exercício de atividades relacionadas a sua condição de isenção de TLA, sendo extensiva aos aposentados e pensionistas.

§ 2º As associações, cooperativas de catadores e outros empreendimentos de economia solidária de materiais reutilizáveis e recicláveis, legalmente constituídas, formados exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, no exercício de atividades relacionadas a sua condição de isenção de TLA.

I – Para efeitos da isenção prevista no parágrafo 1º serão considerados os dados constantes no Cadastro de Produtor Rural.

II – Para efeitos da isenção prevista no parágrafo 2º, serão considerados associados ou cooperativados os devidamente registrados no Cadastro Único (CadÚnico).

Art. 2º Passa a ser incluído o Art. 51-A com a seguinte redação:

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DA PREFEITA

“Art. 51-A A isenção de que trata o Art. 51 deverá ser requerida junto à Secretaria de Município do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (SMMA) no ato da abertura do processo de licenciamento ambiental;”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 1º de setembro de 2025

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação